



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ENTRE O SINDOMÉSTICO E O COLETIVO DE MULHERES CREUZA MARIA OLIVEIRA: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, MULHERES NEGRAS RESISTINDO E REEXISTINDO ÀS MÚLTIPLAS OPRESSÕES

Autora: Sintia Araújo Cardoso (NEIM/UFBA; sintiaacardoso@gmail.com); **Co-autora:** Milca Martins Evangelista (Sindoméstico/BA e Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira; milcamartinsbol.com.br).

Resumo: O aprendizado adquirido a partir do processo de luta por equiparação de direitos sociais e trabalhistas pelas mulheres trabalhadoras domésticas diretoras e associadas ao Sindoméstico-Bahia, do investimento em formação político-cidadã e em qualificação profissional através de práticas associativas e solidárias tem rendido muitos frutos de luta e resistência. As mulheres membros do sindicato têm feito cada vez mais articulações em rede com movimentos sociais, órgãos públicos, escolas e universidades, pautando e garantindo o debate sobre as pautas das mulheres negras trabalhadoras domésticas nesses espaços. O Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira é um grupo de que se reuniu a partir da experiência das diretoras do sindicato que vivem nos bairros da Mata Escura, Santo Inácio e Calabetão, periferia de Salvador. Surgiu em dezembro de 2016, e desde então agrega mensalmente mulheres negras, trabalhadoras domésticas (empregadas ou não), e pauta questões do cotidiano dessas mulheres que precisam ser discutidas na comunidade, desde violência doméstica e policial, racismo, estética, empreendedorismo e empoderamento negro, luta por creches, moradia e direitos trabalhistas, bem como debatem também sobre a importância do apoio a candidaturas negras de esquerda para as eleições, buscando representatividade para suas necessidades. As pautas do Coletivo dialogam diretamente com as do Sindoméstico, visto que as lideranças são as mesmas e o público envolvido

tem o mesmo perfil. O Coletivo tem sido um espaço importante para fortalecimento, mobilização e conscientização sobre a importância da participação das trabalhadoras no Sindoméstico e em eventos e mobilizações políticas e culturais, colocando-se enquanto mulheres negras em luta.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Sindoméstico/ Bahia; Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira; Interseccionalidades.

O presente trabalho é parte da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/ UFBA), até então intitulada *Entre O Sindoméstico e o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira: Trabalhadoras Domésticas, Mulheres Negras Resistindo e Reexistindo às Múltiplas Opressões*, a qual está em fase de conclusão.

O aprendizado adquirido a partir do processo de luta por equiparação de direitos sociais e trabalhistas pelas mulheres trabalhadoras domésticas diretoras e associadas ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia - Sindoméstico-Bahia, e do investimento em formação político-cidadã e em qualificação profissional, através de práticas associativas e solidárias, tem rendido muitos frutos de luta e resistência. Esse trabalho vem sendo realizado no sentido de contribuir com os estudos sobre a luta das trabalhadoras domésticas baianas, retratando como o exemplo do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira vem sendo uma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ação potente de capilaridade e de fortalecimento do Sindoméstico/Bahia, enquanto resistência às inúmeras dificuldades em que se encontra atualmente, além de reforçar exemplos de ativismo de mulheres negras (FIGUEIREDO, 2017). Essas iniciativas precisam continuar sendo visibilizadas também na academia.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009), sendo o caminho metodológico mais adequado para a minha pesquisa o da observação participante (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), com realização de entrevistas semiestruturadas, o que vem sendo feito no Sindoméstico/Bahia de meados de 2016 até então. Essa metodologia me permitiu acompanhar um pouco o cotidiano do sindicato, as demandas para a diretoria executiva e o trabalho que vem sendo desenvolvido por essas seis mulheres e um homem, à frente desses cargos. O Sindoméstico/Bahia completou em 13 de maio de 2018 vinte e oito anos de existência. Ele é o único sindicato da categoria nesse estado, e representa os 16,2% de mulheres economicamente ocupadas em Salvador (PED-RMS¹, 2017), o que equivale a 111 mil mulheres, sendo 94,8% dessas, mulheres

negras. Segundo o levantamento feito pelo DIEESE em 2018, o total de mulheres no trabalho doméstico remunerado em Salvador em 2017 era de 96,8%, ou seja, apenas 3,2 % dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador eram homens. A nível nacional, a categoria é formada por aproximadamente sete milhões de trabalhadoras e trabalhadores, sendo 92,3% desse total, mulheres, segundo dados do IBGE deste ano². Esses dados nos autorizam afirmar, portanto, que essa categoria profissional é majoritariamente formada por mulheres negras em Salvador. O Sindicato fica localizado na Av. Vasco da Gama, área central da cidade de Salvador, e funciona de segunda a quinta-feira, oferecendo atendimento às trabalhadoras, com assessoria jurídica e contábil, materiais informativos, cursos de formação e capacitação em parceria com instituições governamentais e não governamentais (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE; Instituto Aliança; Universidade Federal da Bahia – UFBA etc), material informativo (Jornal *O Quente*³, cartilhas etc), e as reuniões de sócias acontecem no segundo domingo de cada mês, sendo abertas para associadas e comunidade em geral. Atualmente, o

² Fonte: DIEESE/Seade, MTb/FAT e Convênios Regionais. Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

³ O Quente – Boletim Informativo dos/as Trabalhadores/as Domésticos do Estado da Bahia, publicação trimestral, com tiragem de 4000 exemplares. Em agosto/2018, completou a 129ª edição.

¹ Sistema PED: pesquisa de Emprego e Desemprego, publicada em abril de 2018, sobre o Emprego Doméstico na Região Metropolitana de Salvador.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

sindicato conta com 2.250⁴ associadas, desse universo de 111 mil trabalhadoras da RMS, o que é um número muito reduzido diante do todo (cerca de 0,02% do total). O sindicato, desde que era uma associação (entre 1986 e 1990), vem trabalhando incansavelmente no sentido de ampliar as suas ações a fim de abranger cada vez mais mulheres para atraí-las a participar das reuniões e atividades, a fim de que possam ser conscientizadas sobre seus direitos e deveres, contribuindo com a luta contra a informalidade e o desrespeito à profissão. Assim, fazem palestras em instituições públicas e privadas, a exemplo de escolas noturnas, equipamentos da Assistência Social (CRAS e CREAS), creches públicas etc, aonde as trabalhadoras estejam, divulgando informações acerca dos direitos trabalhistas e da história dessa luta sindical. Os membros da diretoria do Sindicato participam organicamente de outros movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), Conselho Municipal da Mulher, e Rede de Mulheres Negras da Bahia, o que amplia a atuação e a articulação política desse sindicato.

Durante a pesquisa junto ao Sindoméstico, tive o privilégio de acompanhar o surgimento do Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, que reúne uma vez por mês vinte e oito mulheres, em média, em sua sede, na

⁴ Dados cedidos pelo Sindoméstico à autora em pesquisa de campo, em novembro de 2018.

Mata Escura (Salvador/BA), como fruto das ações de mobilização e de divulgação do Sindoméstico, e com o objetivo de fortalecer a comunidade, através do acolhimento das mulheres que vem participando. Além da reunião ordinária, têm acontecido aulas de alfabetização, pintura em tecido, e um bazar bimestral, e a adesão tem sido cada vez maior, inclusive abarcando mulheres advindas de outros bairros de Salvador (Castelo Branco, Brotas, Pau da Lima, Doron, Sete de Abril etc). O Coletivo tem o objetivo principal de juntar esforços no sentido do fortalecimento do sindicato e é fruto da luta dessa categoria profissional, que vem acontecendo há cerca de 82 anos de maneira organizada, desde as investidas de dona Laudelina de Campos Melo (BERNARDINO-COSTA, 2007; 2015), mas que, como inclusive reconhecem as trabalhadoras e pesquisadores renomados nessa área (MELO, 1998; BERNARDINO-COSTA, 2007; DIEESE, 2013; RATTS, 2006; MORI et al, 2011; BRITES, 2000; DE LIMA, 2009; FIGUEIREDO, 2017), em sendo o trabalho doméstico resquício do regime escravocrata no Brasil, essa luta data desses quase 500 anos de resistência do nosso povo negro no Brasil, contra a exploração de seu trabalho e a desumanização de suas vidas através da escravidão. O presente trabalho tem, então, o objetivo de ser uma contribuição para os estudos sobre o alcance da luta das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cidades

trabalhadoras domésticas baianas organizadas pelo seu sindicato e a contribuição dessa organização para a luta das mulheres negras. É importante situar esse recorte com as teorias feministas que discorrem sobre o trabalho da mulher e a divisão sexual do trabalho, como Alda Brito da Mota (1977; 1992), Mary Castro (1992; 1993), Hildete Pereira de Melo (2013; 2015), Miriam Nobre (2004), dentre outras, se complementam na tarefa de elucidar as condições do trabalho doméstico no Brasil, a partir da reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça, que vem relegando essas mulheres a um lugar de subordinação e invisibilidade na pirâmide social. Em se tratando de mulheres negras, é imprescindível a assimilação das teorias do feminismo negro, e com autoras feministas que dialogam com o conceito de interseccionalidade (CASTRO, 1992; KERNER, 2012) trazido pelo feminismo negro (CRENSHAW, 2002), para articular como as opressões sofridas quando diferentes marcadores de exclusão, no caso, gênero, raça e classe, se combinam e incidem sobre essa parcela da população. Ao mesmo tempo, o Sindoméstico e o Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira são exemplos de como esses marcadores, combinados, podem ser poderosas armas para a superação dessas opressões, tornando-se ferramentas importantes para a organização e a resistência, ou reexistência (BERNARDINO-COSTA,

2015) dessas mulheres frente à invisibilidade do seu trabalho e às negações cotidianas (MORI et al, 2011). As pautas do Coletivo Creuza dialogam diretamente com as do Sindoméstico – Visto que as lideranças são as mesmas e o público beneficiado tem o mesmo perfil – mulheres negras trabalhadoras domésticas, empregadas ou não, que moram em bairros periféricos de Salvador, que recorrem a esse trabalho por conta da baixa exigência para o exercício da profissão, e da vulnerabilidade à qual esse trabalho está sujeito por conta da pouca regulamentação e fiscalização, embora já se tenha um avanço na Legislação, através da aprovação da Lei Complementar 150/2015, que equiparou os direitos trabalhistas com as demais categorias, e da ratificação da Convenção 189 sobre as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵, em fevereiro de 2018.

Tomando também como base a composição dessa categoria profissional, de maioria de mulheres negras, foi feita a escolha metodológica por denominar “trabalhadoras”, ao invés de “trabalhadores domésticos” neste trabalho, em conformidade com Mori et al (2011), que também aponta que retratar essas mulheres como “trabalhadoras”, e não como

⁵Fonte:

<https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_616754/lang-pt/index.htm>. Acesso em 11 jul.18.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

“empregadas”, é importante para enfatizar que as tarefas relativas aos cuidados domésticos estão enquadradas na organização social do trabalho (MORI et al, 2011, p.21).

O trabalho doméstico no Brasil: Uma história de luta

No Brasil, trabalho doméstico remunerado é herança do trabalho escravo (MELO, 1998; BERNARDINO-COSTA, 2007; DIEESE, 2013; RATTS, 2006; MORI et al, 2011; DE LIMA, 2009; FIGUEIREDO, 2017), é contextualizado como sendo pré-capitalista (MOTTA, 1992), e é considerado de suma importância no processo de reprodução humana e social (ÁVILA, 2007). É um trabalho que retrata a moderna organização social, racista, reproduzindo as desigualdades raciais como parte integrante da modernidade, continua sendo porta de entrada para mulheres negras com baixa escolaridade no mercado de trabalho (MORI et al, 2011, p. 91-92; CRUZ, 2012). Fruto da divisão sexual do trabalho, que relegou às mulheres os cuidados com a casa e os filhos, ou seja, os cuidados domésticos, muito da discriminação sofrida pelo trabalho doméstico deve-se ao fato de ele ser entendido como trabalho reprodutivo, em contraposição ao trabalho produtivo, realizado fora do lar, remunerado por ser produtor de bens / riquezas (NOBRE, 2004). Sendo responsabilizadas e responsáveis pelo trabalho da casa, quando vão para o mercado

de trabalho, percebe-se que a divisão sexual do trabalho se repete, subalternizando as mulheres. Elas geralmente desempenham tarefas ditas “femininas”, relacionadas ao cuidado, além de ser maioria no trabalho doméstico remunerado (NOBRE, 2004; MORI et al, 2011). Mori et al (2011, p. 19) traz uma outra reflexão importante, sobre a dimensão emocional do trabalho doméstico, a qual não é contabilizada: O cuidado de crianças, idosos, animais, plantas, adoecidos, deficientes, cuidados em situações delicadas, a exemplo de pós-cirúrgicos etc, esse trabalho precisa ser reconhecido e remunerado. Bruschini (1996) defende que “qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais entre os gêneros.”.

A fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil foi em Santos (SP), em 1936, tendo como presidenta Laudelina Campos de Melo, que também militava em organizações de mulheres negras contra o racismo e no Partido Comunista Brasileiro (BERNARDINO-COSTA, 2015; CFEMEA, 2008), e atuou anos depois na fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, em Campinas (SP), em 1997. Os trabalhadores domésticos, com muita luta, foram reconhecidos como



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

categoria profissional com a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972. A mobilização social em prol da Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para os movimentos sociais no Brasil e as trabalhadoras domésticas estavam inseridas nesse contexto de luta. Conseguiram ampliar direitos sociais e trabalhistas, mas ainda assim, os/as trabalhadores/as domésticos/as não estavam incluídos no Art. 7º da CF 1988, que regimenta “os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (BRASIL, 1988). Até o ano de 2015 não tinham sido concedidos à categoria os mesmos direitos garantidos às demais, o que foi concretizado com a aprovação da Nova lei do Trabalho Doméstico - LC 150/2015, foi garantida a isonomia de direitos sociais e benefícios previdenciários que faltavam para equipar essa categoria trabalhista às demais. (CALSSING; ALVARENGA, 2016, p. 06). Ou seja, houve uma mudança no status jurídico, através da edição da emenda constitucional 72/2013 (EC 72/2013, mais conhecida como PEC das Domésticas).

Em outubro de 2015 foi lançado pelo Governo Federal o eSocial⁶, que é uma

6 O projeto eSocial é uma ação conjunta de órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB. O Ministério do Planejamento também participa do projeto, promovendo assessoria aos demais entes na equalização dos

ferramenta eletrônica que visa cadastrar as trabalhadoras domésticas e unificar a arrecadação dos tributos e do FGTS, o Simples Doméstico. A luta das trabalhadoras não se encerra aqui, pois as garantias legais são importantes, o número de patrões e empregadas que têm procurado o sindicato para formalizar as relações de trabalho aumentou, o percentual de mensalistas com carteira assinada aumentou para 45,7% (GUERREIRO; SIMÕES, 2016 *apud* FIRMINO, 2016; PED-RMS, 2016), mas, infelizmente, não necessariamente tem sido incorporada pelos patrões na contratação dessas trabalhadoras, e a maioria delas desconhece seus direitos (FIRMINO, 2016; LEITE, 2017). Além disso, em sendo um trabalho realizado no ambiente privado, doméstico, é difícil regulamentar uma fiscalização com relação ao cumprimento dos mesmos, além do preconceito e da desvalorização social desse trabalho, que ainda persistem (FIRMINO, 2016).

A representação baiana das trabalhadoras domésticas na luta nacional por direitos trabalhistas deu-se de maneira organizada a partir de 1986, quando um grupo de trabalhadoras que se reunia de forma sigilosa no Colégio Antônio Vieira, em Salvador-

diversos interesses de cada órgão e gerenciando a condução do projeto, através de sua Oficina de Projetos. Fonte: <http://www.esocial.gov.br/Conheca.aspx>. Acesso em 28 out. 2015.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Bahia, foi formalizado, tornando-se uma Associação Profissional, e em 1990 tornou-se o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia – Sindoméstico-BA, sendo um espaço de participação política e empoderamento das trabalhadoras domésticas, onde se despertam a consciência dos seus direitos e da dignidade humana (MORI et al, 2011), reconhecido por elas como um espaço de luta por direitos e conscientização (CASTRO, 1992).

A atuação de trabalhadoras domésticas enquanto sujeitos políticos envolveu uma participação atuante e decisiva. Essa luta, movida pela necessidade do reconhecimento enquanto membros da classe trabalhadora, pela conquista de direitos e de políticas públicas para a categoria foi motivada também pelo anseio da superação das discriminações de gênero, raça e classe sofridas por essas trabalhadoras, o que também justifica as desigualdades existentes entre essa categoria trabalhista e as demais (CASTRO, 1992; MELO et al, 2011). Podemos também relacionar com o que Munanga (2004) chama de “racismo popular”, pois as discriminações sofridas pelas trabalhadoras domésticas, que negligenciam as suas demandas perante as demandas de outras categorias trabalhistas, o fato de elas terem sido socialmente injustiçadas durante todo esse tempo, sem o reconhecimento de seus direitos, por não serem consideradas

profissionais, já que o trabalho doméstico demorou a ser reconhecido como tal. Seria o “racismo popular” uma espécie de racialização da categoria social à qual elas pertencem, composta majoritariamente por mulheres negras e pobres. Avtar Brah (2006) discorre sobre como a racialização do gênero ocorre pautada em torno de marcadores de “diferença”, a exemplo de como o termo “pessoas de cor” foi utilizado como “código colonial para uma relação de dominação entre colonizador e colonizado” na Grã-Bretanha, no período pós guerra. Esse termo era atribuído a pessoas africanas-caribenhas e do sul da Ásia que para lá migraram, e que exerciam trabalhos predominantemente não qualificados ou semiquilificados, nas camadas mais baixas da economia (BRAH, 2006, p. 332-333), o que se assemelha ao trabalho doméstico no Brasil e às pessoas que o executam, em sua maioria, mulheres negras e pobres. O racismo exalta a não branca dessas pessoas, e faz com que elas experimentem negações de diversas ordens nas diferentes esferas da vida social e política, decorrentes de um processo de estigmatização, discriminação e exclusão. Por outro lado, essa opressão faz com que elas desenvolvam uma solidariedade entre si, e assim passem a constituir um sujeito político que age no sentido da superação dessas negações. É o que temos visto na trajetória



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

das trabalhadoras domésticas no Brasil, a transformação das discriminações sofridas em uma consciência de gênero, classe e raça que se transforma em resistência e luta. Partindo-se do reconhecimento da centralidade do trabalho para as Ciências Sociais e do trabalho da mulher para os estudos feministas e de gênero, pretendo fazer uma articulação desses conceitos com outros também relevantes à temática do trabalho doméstico. Vale ressaltar que esse tema é fruto de discussões muito caras ao feminismo, pois as desigualdades de gênero, raça e classe fazem com que mulheres oprimam outras mulheres, a saber, mulheres brancas patroas oprimam mulheres negras empregadas (CARNEIRO, 1995, COLLINS, 2002; 2016; HIRATA; KERGOAT, 2003) O conceito gênero é imprescindível, assim como a herança do patriarcado, e conceitos como empoderamento (SARDENBERG, 2002) e interseccionalidade são muito importantes nesse trabalho, em consonância com as teorias feministas, e com o pensamento feminista negro, o qual mais adequadamente problematiza as desigualdades e hierarquias às quais as trabalhadoras domésticas estão submetidas em nossa sociedade, bem como também ilustra o modo através do qual elas se organizam e lutam pela superação dessa opressão. Fundamentando essa análise, partimos das formulações de Soujourney Truth

e Lélia Gonzalez, passando por Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Angela Figueiredo, e da relação que essas autoras fazem com as feministas negras norte americanas, a exemplo de, Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lord, Kimberle Crenshaw e Patricia Hill Collins. Essa última nos foi apresentada por Luiza Bairros (1995), que, incomodada com um programa de televisão que mostrava uma trabalhadora doméstica ao fundo de uma apresentadora branca como sendo uma figura muda. Conseguimos entender assim o conceito de “outsider withing” (COLLINS, 2016 apud Figueiredo, 2017), o qual retrata como as trabalhadoras domésticas, “na condição de um outro”, têm a possibilidade de analisar o modo de vida dos patrões através da posição que ocupam, sendo um espaço importante para se ter uma análise que lhes é peculiar, pois nenhuma mulher ou homem branco, nem nenhum homem negro terão o mesmo olhar que elas acerca dessa realidade social. Avançando na discussão, temos as formulações de Patricia Hill Collins (2016), explicando que, através da *autodefinição* e da *autoavaliação*, é possível às mulheres negras trabalhadoras poder examinar a sua posição em ocupações subalternas, e recriar uma autoimagem positiva de si. Os conceitos de colonialidade do poder e decolonização do pensamento



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

trabalhados por BERNARDINO-COSTA (2007; 2013; 2015) também são imprescindíveis para entender a complexidade desse tema, de como as trabalhadoras domésticas transformam opressão em resistência.

A demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido substancialmente, com a entrada cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, sem a devida assistência do Estado para com suas necessidades, através de políticas públicas e ações que possibilitem uma melhor conciliação da vida familiar com o trabalho remunerado das mulheres (a exemplo de creches públicas etc). Assim, esse trabalho subjuga mulheres negras e pobres aqui no Brasil, e mulheres indígenas na América Latina, as quais ficam submetidas a condições de vida e de trabalho socialmente vulneráveis (MORI et al, 2011). Esse trabalho é um dos que apresenta os maiores déficits de trabalho decente, pois ainda é caracterizado por índices de trabalho infantil, violências física e sexual, violações de direitos humanos etc. (MORI ET AL, 2011; LEITE, 2017; BERNARDINO-COSTA, 2007; 2013; 2015). Portanto, é preciso articular ações para combater a essas questões, e possibilitar a esse contingente de trabalhadoras condições dignas de trabalho e vida. A Convenção 189 sobre as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos da

Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷, instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico, documento resultante da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, em 2011, que regimenta o “Trabalho Decente” para essa categoria, garantindo melhores condições de trabalho, dentre elas, a erradicação do trabalho infantil doméstico, proteção contra abusos, violências e assédio, foi ratificada em fevereiro deste ano, o que significa um grande avanço para a luta histórica dessa categoria. Em tempo, acontece o II Congresso Mundial de Trabalhadoras Domésticas, na Cidade do Cabo – África do Sul, tendo quatro mulheres representando o Brasil, dentre elas, Creuza Maria Oliveira, que tem o objetivo de avaliar os avanços e os entraves das conquistas para o trabalho doméstico, e mais especificamente sobre o cumprimento das recomendações da OIT.

O Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira: Por mais *loci* de resistência.

O Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira surgiu em dezembro de 2016 como um grupo de mulheres que passou a se reunir num dia de domingo, na casa de Milca Martins, diretora de formação do Sindoméstico/Bahia, no bairro da Mata

⁷Fonte:

<https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_616754/lang-pt/index.htm>. Acesso em 11 jul.18.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Escura. Como a reunião do Sindoméstico é no segundo domingo de cada mês, a do Coletivo ficou acertada em ser no último. São três bairros imbricados nessa região, Mata Escura, Santo Inácio e Calabetão, e as mulheres conhecidas da vizinhança foram trazendo umas as outras. A proposta era de que cada qual levasse um alimento, para que se fizesse um café da manhã coletivo, para que fossem repassadas as informações sobre o Sindicato e assim seguissem conversando sobre questões que as angustiavam, e estratégias de superação. Na primeira reunião o objetivo foi de contar a história do trabalho doméstico e a história do Sindicato, o que é parcialmente conhecido pela maioria delas, já que duas das lideranças moram no local há mais de vinte anos, Creuza Maria Oliveira e Milca Martins Evangelista, atualmente, presidenta e secretária geral do Sindoméstico/Bahia, respectivamente. Dessa conversa, saíram várias demandas das mulheres, desde alguma atividade que lhes gere alguma renda, a apoio psicológico para lidar com a vulnerabilidade de seus filhos jovens, muitos envolvidos com o tráfico de drogas. As reuniões foram tomando uma proporção tão interessante que Milca resolveu doar parte de sua casa para que fosse a sede do grupo. O público se estabilizou, e assim resolveram denominar-se um Coletivo, fazendo uma reunião específica em abril de 2017 para a escolha do nome que

as representaria. Foi pedido para que as participantes pesquisassem nomes de mulheres que tiveram/têm destaque nessas comunidades, com o objetivo de dar visibilidade a essas histórias, pois os homens geralmente são os homenageados nomeando a si mesmos em praças, ruas, monumentos etc. Dois nomes foram cotados: Creuza Maria Oliveira e Josélia Brito, lideranças da comunidade, a última, fundadora da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Região (ACOPAMEC). Das vinte e seis mulheres presentes na reunião, vinte mulheres votaram no nome de Creuza, as outras seis eram visitantes, portanto não votaram. Creuza estava presente, e agradeceu pessoalmente a homenagem, sendo aclamada pelas companheiras, que disseram ter o objetivo de homenageá-la em vida, reconhecendo a importância da sua luta para as trabalhadoras domésticas, e para a luta das mulheres negras.

O Coletivo foi lançado oficialmente em agosto de 2017, na Escola Municipal São Miguel, na Mata Escura, mas até o presente momento sua documentação ainda não foi regularizada. Isso dificulta, por exemplo, a submissão de projetos para editais, o que poderia ajudar nas melhorias nas condições de infraestrutura da sede e com recursos para a realização de mais atividades e cursos para o grupo. Com a proposta de trazer a cada mês



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

uma mulher para palestrar, realizar alguma oficina ou atividade no grupo, que também visa ampliar possibilidades de geração de renda das mulheres, os temas das reuniões mensais são decididos no grupo, e o Sindoméstico articula as parcerias necessárias para a realização das atividades. Dessa forma, foram realizadas palestras com temas diversos, sendo os mais recorrentes: *Empreendedorismo, trabalho e renda; assistência e políticas públicas (creches, melhores condições de moradia e qualidade de vida nos bairros de periferia); superação da discriminação de raça, gênero e classe; acesso à educação, desde a creche ao ensino superior*. No intuito do fortalecimento do grupo através da divulgação de serviços úteis e de entidades que atuem no sentido da garantia dos direitos das mulheres negras nas comunidades e na cidade de Salvador, palestraram no coletivo representantes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar de Calabetão e de Mata Escura; do Movimento Negro Unificado (MNU); professores e pesquisadores da Universidade Federal da Bahia; membros da Rede de Mulheres Negras da Bahia; assessoras de candidaturas negras aos cargos legislativos estadual e federal. Também através da mediação do sindicato, duas mulheres do coletivo, duas moradoras do condomínio 27 de Abril, e duas lideranças do

sindicato cursaram durante um semestre a disciplina *ACCS - Interseccionalidade, política e produção de conhecimento*, da UFBA. Segundo o depoimento de uma delas, Ana Cláudia, moradora de Mata Escura:

A oportunidade de estar presente numa sala de aula na UFBA foi um das melhores experiências que tive na minha vida. Sempre sonhei em estudar lá, mas acabei deixando as dificuldades me fazerem desistir desse sonho. No primeiro dia de aula, fiquei muito nervosa, como sempre, ainda mais por não saber e não ter compreendido de primeira o que significava *interseccionalidade*, evitava até pronunciar a palavra, mas com o tempo e com as discussões que fizemos em sala comecei aos poucos a compreender o significado do termo e a importância de estudá-lo. Dentre os diversos assuntos, nós debatemos artigos que falavam sobre a desvalorização social do trabalho doméstico e dos seus sindicatos, inclusive o daqui de Salvador, sobre a formação histórico-cultural do nosso país, sobre o que é lugar de fala, entre outros. (Depoimento de Ana Cláudia Machado, em 24 de outubro de 2018).

Ana é formada em Administração de Empresas, e encontra-se fora do mercado de trabalho. Depois da participação da disciplina, ela diz estar se encorajando para se submeter à seleção para um mestrado. Essas ações condizem com a luta histórica da categoria por educação, pela elevação da escolaridade, já que o fato de a maioria da categoria ter ensino fundamental incompleto faz com que elas sejam submetidas às piores condições de trabalho (OIT, 2011). Perguntadas sobre a vontade de voltar a estudar e ingressar no ensino superior, dez das treze mulheres do Coletivo entrevistadas até então responderam afirmativamente, sete delas ainda lutam para concluir o ensino fundamental, e seis delas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

está frequentando as aulas de alfabetização na sede do coletivo. Também através da articulação do Sindoméstico, vinte mulheres participaram dos cursos de *Cuidadoras de Idosos* e *Técnicas de Cozinha e Congelamento* do Programa Qualifica Bahia⁸, na Escola São Miguel, em Mata Escura, este ano. A primeira versão foi ministrada no ano de 2017, para vinte moradoras do Condomínio 27 de Abril⁹, aonde residem trabalhadoras domésticas e suas famílias. O Condomínio também foi uma conquista protagonizada pelo Sindoméstico, inaugurado em 2012, em parceria com governos do Estado e Federal, e atende a uma demanda importantíssima da categoria, que é a necessidade de moradia, para que sejam diminuídas as vulnerabilidades e violências às quais estão sujeitas quando moram nas casas dos patrões (BRITES, 2003).

O Coletivo tem mobilizado em média vinte e oito mulheres em cada reunião, e tem possibilitado oportunidades as quais elas não

tiveram acesso durante toda a vida, a exemplo da alfabetização. O grupo tem conseguido mobilizar mulheres e lideranças de grupos de mulheres de outros bairros, e essa articulação tem sido muito importante, inclusive para ampliar a abrangência do Sindoméstico, pois as mulheres que participam do Coletivo tem também participado das reuniões do Sindicato. Esse é um dado importante, pois sendo o Sindoméstico situado no centro da cidade, na Av. Vasco da Gama, e tendo suas reuniões ordinárias todo segundo domingo de cada mês, é complicado o deslocamento das mulheres que moram nos bairros de periferia, por vários motivos citados por elas: Falta de dinheiro para o transporte, afazeres domésticos e cuidados da família, pois muitas mulheres são trabalhadoras domésticas, diaristas, ou vendedoras autônomas, tendo apenas parte do sábado e o domingo para a realização das tarefas que não puderam ser cumpridas durante a semana e para ficar com suas famílias, e/ou ter algum lazer. Como sempre, infelizmente, percebemos a centralidade do trabalho e a dupla jornada como parte da vida das mulheres (HIRATA; MARUANI, 2003; BRUSCHINI, 1998), e no caso das nossas mulheres negras e pobres, interseccionalizadas com racismo e sexismo cotidianos, tornando a vida delas ainda mais difícil (CASTRO, 1992; CARNEIRO, 2002; BAIRROS, 1995; MORI et al, 2011).

⁸ O Programa Qualifica Bahia é uma ação do Governo do Estado da Bahia via Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), que tem o objetivo de promover a inserção no mundo do trabalho através de ocupações alternativas para geração de renda. O Instituto Aliança foi o parceiro executor desses módulos, em parceria com o Sindoméstico. Para mais informações, ver em: <<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178>>.

⁹ Sobre o Condomínio 27 d abril, ver DANTAS, Luísa Maria Silva. “No Conjunto das Domésticas?”: estudo antropológico realizado no Residencial 27 de Abril – Salvador/BA. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402008881_ARQUIVO_artigocompleto29RBA.pdf>



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, mas a partir das articulações para atender a algumas demandas das mulheres, as atividades na sede do coletivo têm acontecido em vários dias da semana: Aulas de alfabetização ocorrem desde junho de 2018, atendendo à demanda de seis mulheres, uma vez por semana, e um curso de pintura em tecido uma ou duas vezes por semana, tendo vinte participantes, dez em cada turno. Elas relatam dificuldades dificuldade com os desenhos nos panos de prato, e com o manuseio dos pincéis, que, para algumas é um exercício de superação que tem sido muito exitoso. Esse curso atende a necessidade de qualificação para geração de renda. As facilitadoras dos cursos são mulheres voluntárias, também trabalhadoras, que também ajudam cedendo materiais para as aulas. O coletivo conta com a parceria de pessoas próximas para arcar com as despesas. Em julho deste ano foi realizado o primeiro bazar, que contou com a doação de roupas e acessórios, a fim de angariar fundos para custos com a sede (água, energia elétrica, materiais de limpeza), e também para aquisição de material didático para as aulas. As doações têm mantido as atividades do grupo, e buscando atender a demanda por trabalho e renda das mulheres e de seus filhos jovens, está sendo articulada a retomada de

um projeto¹⁰ que aconteceu em 2010 junto à ACOPAMEC (Mata Escura, Salvador/BA), de arte reciclagem em papel; o maquinário que era utilizado para o processamento dos materiais está parado desde então, devido a não continuidade do trabalho, e por falta de recursos para manutenção. A ideia é de que esse projeto seja retomado e ampliado, oferecendo formação em associativismo, empreendedorismo e cooperativismo, e geração de renda com arte reciclagem. Para além da sustentabilidade e da geração de renda, o projeto tem como objetivo diminuir as vulnerabilidades às quais os jovens, filhos de mulheres chefes de família e trabalhadoras domésticas estão sujeitos nessas comunidades, a exemplo da violência policial e entre as facções que movimentam o tráfico de drogas na região. Essa situação mobiliza muito essas mães, as quais demandam ações e atividades não só voltadas para si, mas principalmente para seus filhos.

Dessa forma, o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira vem sendo uma alternativa para a pouca mobilização das trabalhadoras domésticas enquanto categoria, vide os números apresentados, de 111 mil em Salvador e RMS, para o número de 2.250 cadastradas como associadas pelo Sindoméstico, e dessas, pouco mais de vinte

¹⁰ Dados sobre o projeto estão sendo pesquisados pela autora, mas até o momento, poucos dados foram encontrados.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

participam das reuniões ordinárias¹¹. As mulheres do Coletivo têm participado inclusive das reuniões do Sindoméstico, mesmo não sendo filiadas ao sindicato, e têm participado da agenda de luta das mulheres negras na cidade de Salvador, a exemplo das atividades do mês de julho, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha, das comemorações do Movimento Negro Unificado (MNU), e das manifestações políticas que aconteceram antes das eleições presidenciais deste ano¹², sendo o Coletivo, assim como o Sindoméstico, um espaço importante de conscientização, fortalecimento e acolhimento para as mulheres negras, que, segundo suas falas, é o espaço no qual se reconhecem e se empoderam enquanto profissionais, estudantes, mães, jovens, chefes de família: Mulheres negras brasileiras lutando juntas pela garantia de seus direitos, como vozes atuantes na luta por espaço e representação Carneiro (2002).

REFERÊNCIAS:

¹¹ Dados registrados pela autora, em pesquisas de campo.

¹² Registros no site do Sindoméstico: <https://sindomesticobahia.wordpress.com/2016/05/03/noticias-2/?fbclid=IwAR3f_MrBECwc3OJjsEw6CECRfCRvUc7LKSQZaF-LygPxVgVnSkwmMnGWh5E>, e na página do Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira no Facebook: <<https://www.facebook.com/Coletivo-de-Mulheres-Creuza-Oliveira-594155260977588/notifications/>>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. *Estudos Feministas*, Vol. 3, n.2, 1995, PP.:458-463.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

_____. Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 270p.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 de abril de 2017.

_____. Lei Complementar 150/2015. 1o de Junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm> Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. *CAMPOS-Revista de Antropologia Social*, v. 3, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo/Rio de Janeiro, Alast, p. 277-294, 1998.

CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Trabalho decente doméstico: a nova Lei complementar 150/2015. **Trabalho decente doméstico: a nova Lei complementar 150/2015**, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, p. 17-194, Editora 34, São Paulo, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. “Alquimia das categorias sociais na produção de sujeitos políticos”. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 0, 1992, PP.: 57-73.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CÓRDOVA, F.P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v.10,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

n.1, p.171-188. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011

CRUZ, Jamile Campos da. As negras que conheci: uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da cidade de Cruz das Almas – BA. Dissertação de mestrado. PPGCS, UFRB. 2012

DE LIMA, Tatiana Silva. Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife de meados do século 19. Revista ALPHA. Patos de Minas: UNIPAM, (10): 119-129, dez. 2009.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. Cadernos Pagu (51), 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510017.pdf>>. Acesso em 09 out. 2018.

FIRMINO, Luísa Vilharquide. Impressões de Trabalhadoras Domésticas em Salvador Bahia sobre as alterações na Legislação de Emprego Doméstico. Revista Feminismos, Vol.4, N.3, Set. – Dez. 2016.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. Apresentação; e Introdução, In: As novas fronteiras da desigualdade, homens e mulheres no mercado de trabalho, Ed. SENAC, SP, 2003.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, vol. 26, n.1, São Paulo, jun/2014, p. 61-74.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos CEBRAP*, 93, 2012.

LEITE, Bianca Muniz. “Audácia?”: A Emenda Constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições do trabalho de mulheres do Sindoméstico Bahia. Salvador, 2017, 124 f.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão N. 565), 1998. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf, acesso em 10 mar. 2013.

MORI, Natalia et al. Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. 2011.

MOTTA, A.B. Emprego Doméstico: Revendo o novo. Caderno CRH, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992. Disponível em <[file:///C:/Users/User/Downloads/CadCRH-2007-362%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/CadCRH-2007-362%20(1).pdf)>. Acesso em 11 nov. 2015.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004

NOBRE, M. "Trabalho doméstico e emprego doméstico." *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (2004): 61

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Olhar, ouvir e escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.) A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos Didáticos*, n. 48, p. 7-42, 2002.

RATTS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, Instituto Kuanza, 2006. Parte 2 – é tempo de falar de nós mesmos, pp. 91-129.

SAFFIOTI, Heleieth, “Rearticulando Gênero e Classe.” In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma Questão de Gênero, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, PP.:183-215

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 04 out. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990, p. 5-22.

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM LUTA: Direitos, Igualdade e Reconhecimento. VINHAES, D. e MORI, N. (org). Brasília: CFEMEA: ACIDI/CIDA, 2008. 124p. – (Coleção 20 Anos de Cidadania e Feminismo); 1)

SITES:

SINDOMÉSTICO- BAHIA:

https://sindomesticobahia.wordpress.com/2016/05/03/noticias-2/?fbclid=IwAR3f_MrBECwc3OJjsEw6CECRfCRvUc7LKSQZaF-LygPxVgVnSkwmMnGWh5E.

COLETIVO DE MULHERES CREUZA MARIA

OLIVEIRA: <https://www.facebook.com/Coletivo-de-Mulheres-Creuz-Oliveira-94155260977588/notifications/>.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS - FENATRAD: <http://www.fenatrad.org.br/site/>.

ACOPAMEC: <http://www.acopamec.org.br/>.

SETRE - Programa Qualifica Bahia:

<<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178>>.

OIT:

<https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_conv_189.pdf>.